

I

CURSO DE

**DIREITO**

**ADMINISTRATIVO**

EDUARDO GARCÍA DE ENTERRÍA  
TOMÁS-RAMÓN FERNÁNDEZ

REVISOR TÉCNICO  
CARLOS ARI SUNDFELD

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS**  
**TRIBUNAIS™**

**CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO I**

EDUARDO GARCÍA DE ENTERRÍA

TOMÁS-RAMÓN FERNÁNDEZ

Revisor técnico: Carlos Ari Sundfeld

Tradutor: José Alberto Froes Cal

1.ª edição traduzida da 16.ª edição espanhola da obra *Curso de derecho administrativo I*

1.ª edição espanhola, 1974; 2.ª edição espanhola, 1975; reimpressões, 1977, 1978 e 1979; 3.ª edição espanhola, 1979; reimpressões, 1980, 1981 e 1982; 4.ª edição espanhola, 1983; tradução italiana com o título de *Principi di diritto amministrativo*, Milão: Giuffrè, 1983 (trad. L. Vandelli e G. Gascani); reimpressão revisada, 1984; reimpressões, 1986, 1987 e 1988; tradução portuguesa, *Curso de direito administrativo*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991 (trad. A. Setti); 5.ª edição espanhola, 1989; reimpressões, 1990 e 1991; 6.ª edição espanhola, 1993; 7.ª edição espanhola, 1995; 8.ª edição espanhola, 1997; 9.ª edição espanhola, 1999; 10.ª edição espanhola, 2000; 11.ª edição espanhola, 2002; 12.ª edição espanhola, 2004; reimpressão, 2006; edição argentina da 12. ed., com comentários do direito argentino do Prof. Agustín Gordillo, 2006; edição colombiana-peruana, 2006; 13.ª edição espanhola, 2006; 14.ª edição espanhola, 2008; 15.ª edição espanhola, 2011; 16.ª edição espanhola, 2013.



© desta edição [2015]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS

*Diretora responsável*Visite nosso site: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [10-2014]

Universitário (texto)

Fechamento desta edição: [02.10.2014]



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA TRADUÇÃO BRASILEIRA.....	7
PRÓLOGO À DÉCIMA SEXTA EDIÇÃO .....	9
PRÓLOGO À DÉCIMA QUINTA EDIÇÃO .....	11
PRÓLOGO À NONA EDIÇÃO.....	13
PRÓLOGO À PRIMEIRA EDIÇÃO .....	17
ABREVIATURAS UTILIZADAS .....	19

## TÍTULO PRIMEIRO INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO ADMINISTRATIVO .....	45
I. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO PESSOA JURÍDICA .....	45
1. O CONCEITO DA ADMINISTRAÇÃO NA EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO .....	46
2. A ADMINISTRAÇÃO COMO PESSOA JURÍDICA.....	47
3. "EXCURSUS" SOBRE A SEPARAÇÃO DE PODERES.....	48
4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DOS ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS DO ESTADO .....	52
A. A posição mista do Governo .....	52
B. A realização de funções administrativas materiais pelos Órgãos constitucionais .....	53
5. A PLURALIDADE DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E AS TÉCNICAS DE REDUÇÃO À UNIDADE .....	56
6. A CARACTERIZAÇÃO JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ORDENAMENTO POSITIVO EM VIGOR .....	57
II. O CONCEITO POSITIVO DE DIREITO ADMINISTRATIVO .....	59
1. O DIREITO ADMINISTRATIVO É O DIREITO PRÓPRIO E ESPECÍFICO DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS COMO PESSOAS .....	59

2.	CONSEQUÊNCIAS DESTE CONCEITO .....	59
A.	O Direito Administrativo é um Direito Público.....	59
B.	O Direito Administrativo é o Direito comum das Administrações Públicas.....	60
C.	A presença de uma Administração Pública é requisito necessário para que exista uma relação jurídico-administrativa .....	61
a.	A atividade materialmente administrativa dos demais órgãos do Estado .....	61
b.	A denominada atividade administrativa dos particulares .....	61
c.	A intermediação da Administração em relações materialmente privadas e a respectiva competência da jurisdição contencioso-administrativa.....	63
d.	O segundo termo da relação jurídico-administrativa: tipos de relações .....	64
3.	A ESPECIFICIDADE DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SUAS CARACTERÍSTICAS: O EQUILÍBRIO ENTRE PRIVILÉGIOS E GARANTIAS .....	66
III.	LIMITES DE APLICAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO .....	68
1.	A QUESTÃO A SER RESOLVIDA E AS RESPOSTAS TRADICIONAIS.....	68
A.	A distinção entre atos de autoridade e atos de gestão .....	68
B.	O critério do serviço público.....	69
C.	O critério da prerrogativa .....	70
2.	AS ZONAS DE ATRIBUIÇÃO E SUA LIMITAÇÃO: CARÁTER INSTRUMENTAL DA UTILIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO PELA ADMINISTRAÇÃO .....	70
3.	O “GIRO OU TRÁFICO ADMINISTRATIVO” COMO FUNÇÃO TÍPICA DA ADMINISTRAÇÃO REGULAMENTADA PELO DIREITO ADMINISTRATIVO..	75
4.	O PROBLEMA DO CRUZAMENTO DO DIREITO ADMINISTRATIVO E O DIREITO PRIVADO: A TÉCNICA DOS ATOS E QUESTÕES SEPARÁVEIS E AS QUESTÕES PREJUDICIAIS OU INCIDENTAIS .....	76
IV.	RECAPITULAÇÃO .....	78

## TÍTULO SEGUNDO

### O ORDENAMENTO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO II. O ORDENAMENTO ADMINISTRATIVO. A CONSTITUIÇÃO COMO NORMA JURÍDICA.....	83
I. O ORDENAMENTO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS .....	83

1.	O SISTEMA DO ORDENAMENTO JURÍDICO E SUAS HIPÓTESES; PLURALIDADE DE FONTES, LACUNAS E INTEGRAÇÃO DESTAS .....	83
2.	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO ORDENAMENTO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO .....	87
A.	A estrutura hierarquizada do ordenamento jurídico-administrativo .....	87
B.	Ordenamentos secundários e normas autonômicas .....	88
C.	Os ordenamentos supraestatais .....	90
D.	O papel do costume. O precedente administrativo. O desuso das normas .....	90
E.	A contingência e variabilidade do sistema normativo escrito do Direito Administrativo .....	95
F.	Os princípios gerais de Direito.....	98
3.	A APLICAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO.....	105
A.	A aplicação do ordenamento jurídico-administrativo no espaço..	105
B.	A aplicação no tempo do ordenamento jurídico-administrativo...	106
C.	A interpretação do ordenamento jurídico-administrativo.....	112
II.	A CONSTITUIÇÃO COMO NORMA JURÍDICA.....	113
1.	A INTRODUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO NO SISTEMA TRADICIONAL DE FONTES.....	113
2.	O VALOR NORMATIVO FUNDAMENTAL DA CONSTITUIÇÃO DE 1978 .....	115
3.	AS ORIGENS E O SIGNIFICADO DO VALOR NORMATIVO DA CONSTITUIÇÃO NO CONSTITUCIONALISMO OCIDENTAL .....	117
4.	O CARÁTER NORMATIVO DIRETO, PARA CIDADÃOS, JUÍZES E TRIBUNAIS, DA CONSTITUIÇÃO DE 1978 .....	119
5.	O MONOPÓLIO JURISDICIONAL DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ABRANGE APENAS A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS, NÃO QUALQUER APLICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO. O ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO INCUMBE SEMPRE AOS TRIBUNAIS COMUNS ..	120
6.	O PRINCÍPIO DE INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO DE TODO O ORDENAMENTO JURÍDICO .....	123
7.	CONCLUSÃO SOBRE O VALOR NORMATIVO DA CONSTITUIÇÃO .....	126
	<b>CAPÍTULO III. A LEI .....</b>	<b>129</b>
I.	CONCEITO DE LEI. A FORÇA DA LEI.....	129
II.	TITULARES DO PODER LEGISLATIVO.....	132
1.	A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO PODER LEGISLATIVO .....	132
2.	A SANÇÃO E A PROMULGAÇÃO RÉGIA DAS LEIS .....	133

III.	A PUBLICAÇÃO DA LEI .....	135
IV.	O CONTEÚDO DA LEI .....	138
1.	DOCTRINA GERAL.....	138
2.	A SUBORDINAÇÃO À CONSTITUIÇÃO; A LEI NÃO É EXECUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO .....	139
V.	ESPÉCIES DE LEIS.....	142
1.	LEIS ORGÂNICAS .....	143
A.	Sua origem e razão de ser .....	143
B.	O problema da categoria normativa.....	145
C.	O conceito material de Lei orgânica.....	148
D.	As matérias da Lei orgânica .....	149
E.	Algumas definições adicionais .....	153
2.	LEIS ORDINÁRIAS: DO PLENÁRIO, DA COMISSÃO, REFERENDADAS.....	155
3.	DECRETOS-LEIS.....	156
A.	Conceito e âmbito .....	156
B.	A revisão parlamentar do Decreto-lei .....	162
4.	DECRETOS LEGISLATIVOS.....	164
VI.	OS TRATADOS INTERNACIONAIS E SEU VALOR NO DIREITO INTERNO .....	164
VII.	O DIREITO COMUNITÁRIO COMO PARTE DO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL .....	167
1.	A CLÁUSULA DE SUPRANACIONALIDADE DO ART. 93 DA CONSTITUIÇÃO .....	167
2.	O ORDENAMENTO JURÍDICO COMUNITÁRIO: SUAS FONTES ESPECÍFICAS .....	168
3.	AS RELAÇÕES ENTRE O ORDENAMENTO COMUNITÁRIO E O ORDENAMENTO ESPANHOL.....	171
4.	A APLICAÇÃO DO ORDENAMENTO COMUNITÁRIO.....	174
A.	O princípio da autonomia institucional.....	174
B.	O Tribunal de Justiça e a questão prejudicial sobre a validade e interpretação das normas comunitárias.....	176
VIII.	A INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL .....	179
1.	PRINCÍPIOS GERAIS.....	179
2.	O RECURSO DIRETO.....	183

3.	ORECURSO PELA VIA INCIDENTAL OU "INCIDENTE DE CONSTITUCIONALIDADE" APRESENTADO POR JUÍZES OU TRIBUNAIS.....	184
4.	A SENTENÇA DE INCONSTITUCIONALIDADE E SEUS EFEITOS .....	186
5.	OUTRAS VIAS DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS .....	188
CAPÍTULO IV. O REGULAMENTO .....		191
I.	CONCEITO E JUSTIFICATIVA .....	191
1.	CONCEITO .....	191
2.	A JUSTIFICATIVA DA COMPETÊNCIA REGULAMENTAR .....	193
3.	A DISTINÇÃO ENTRE REGULAMENTOS E ATOS ADMINISTRATIVOS .....	197
II.	REQUISITOS DE VALIDADE DOS REGULAMENTOS .....	200
1.	LIMITES FORMAIS .....	200
A.	A competência para editar Regulamentos. O problema da competência regulamentar dos Ministros e autoridades inferiores (circulares e instruções).....	200
B.	Regulamentos de órgãos constitucionais e Administrações independentes .....	204
C.	A hierarquia normativa .....	206
D.	O procedimento para a elaboração de Regulamentos .....	206
2.	LIMITES SUBSTANCIAIS.....	210
A.	O respeito aos princípios gerais de Direito e em especial a vedação à arbitrariedade .....	210
B.	As técnicas de controle da discricionariedade .....	214
C.	A matéria regulamentar .....	215
D.	Irretroatividade .....	218
III.	A INDERROGABILIDADE SINGULAR DOS REGULAMENTOS .....	218
IV.	ESPÉCIES DE REGULAMENTOS.....	221
1.	REGULAMENTOS JURÍDICOS (NORMATIVOS) E REGULAMENTOS ADMINISTRATIVOS (DE ORGANIZAÇÃO). O PROBLEMA DAS CHAMADAS RELAÇÕES ESPECIAIS DE PODER .....	221
2.	REGULAMENTOS EXECUTIVOS, INDEPENDENTES E DE NECESSIDADE ...	223
A.	Regulamentos executivos .....	223
B.	Regulamentos independentes.....	225
C.	Regulamentos de necessidade .....	227

3.	REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES AUTONÔMICAS.....	228
A.	Significado e espécies.....	228
B.	Características, conteúdo e regime jurídico .....	229
V.	REGULAMENTOS ILEGAIS.....	231
1.	A SANÇÃO DE NULIDADE DE PLENO DIREITO .....	231
2.	MEIOS TÉCNICOS DE REAÇÃO DIANTE DE REGULAMENTOS ILEGAIS: A TÉCNICA GERAL DA INAPLICABILIDADE E SEUS FUNDAMENTOS .....	234
3.	OS REMÉDIOS ATIVOS.....	237
A.	Declaração de ofício da nulidade do Regulamento ilegal pela própria Administração autora deste. A ação de nulidade do particular .....	237
B.	Os recursos contencioso-administrativos. Recurso direto ou indi- reto contra Regulamentos.....	238
C.	Recurso contra Regulamentos e jurisdição constitucional .....	243
CAPÍTULO V. AS RELAÇÕES ENTRE A LEI E O REGULAMENTO. ESPECIALMENTE, A LEGISLAÇÃO DELEGADA .....		247
I.	PRINCÍPIOS QUE REGEM AS RELAÇÕES ENTRE A LEI E O REGULAMENTO.....	247
1.	A PRIMAZIA DA LEI. INEXISTÊNCIA DE UMA RESERVA CONSTITUCIONAL DE UM ÂMBITO DIRETO EM FAVOR DO REGULAMENTO .....	248
2.	A RESERVA DE LEI: RESERVA MATERIAL .....	250
A.	A doutrina das matérias reservadas à Lei.....	250
B.	O assunto na Constituição .....	254
C.	Conclusões; especialmente, o art. 53.1 da Constituição .....	257
3.	A RESERVA DE LEI EM SENTIDO FORMAL (PRINCÍPIO DO CONGELAMENTO DA CATEGORIA).....	261
II.	A ALTERAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE A LEI E O REGULAMENTO: A DELEGAÇÃO LEGISLATIVA .....	261
1.	NATUREZA, COBERTURA CONSTITUCIONAL E ESPÉCIES DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA .....	261
2.	A DELEGAÇÃO RECEPTÍCIA: TEXTOS ARTICULADOS E TEXTOS CONSOLI- DADOS (DECRETOS LEGISLATIVOS).....	265
A.	Textos consolidados: a consolidação como operação técnica. Li- mites da consolidação e valor do texto consolidado. O efeito subs- titutivo .....	267
B.	Textos articulados das Leis de Bases .....	268



a.	A Lei de delegação: as “bases” como diretrizes e como limites da delegação .....	268
b.	Desenvolvimento da delegação .....	269
c.	Valor do Texto articulado .....	270
d.	Controle dos excessos da delegação. Especialmente, o controle judicial.....	271
C.	O controle da constitucionalidade da delegação receptícia .....	275
3.	A REMISSÃO NORMATIVA .....	277
A.	O mecanismo da remissão normativa. A norma remetida como simples Regulamento.....	277
B.	Os limites das remissões normativas .....	279
a.	Reserva de Lei e remissão por esta a um Regulamento.....	279
b.	Limites do desenvolvimento regulamentar de uma remissão legal: a doutrina do “complemento indispensável” no caso dos Regulamentos executivos das Leis.....	281
4.	A DESLEGALIZAÇÃO .....	284
A.	A deslegalização como degradação da categoria normativa e ampliação do âmbito da competência regulamentar .....	284
B.	Diferenças da deslegalização com a remissão e a delegação receptícia .....	285
C.	Limites da técnica deslegalizadora .....	285
CAPÍTULO VI. O ORDENAMENTO ESTATAL E OS ORDENAMENTOS AUTONÔMICOS: SISTEMA DE RELAÇÕES .....		289
I.	A PLURALIDADE DE ORDENAMENTOS .....	290
II.	A RELAÇÃO PRIMÁRIA ENTRE A PLURALIDADE DE ORDENAMENTOS.....	292
1.	O PRINCÍPIO GERAL DA SEPARAÇÃO OU PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA... ..	292
2.	A ARTICULAÇÃO DOS ORDENAMENTOS ESTATAL E AUTONÔMICO NO SUPRAORDENAMENTO CONSTITUCIONAL .....	294
3.	A POSIÇÃO JURÍDICA DOS ESTATUTOS DE AUTONOMIA.....	297
A.	O Estatuto no sistema constitucional .....	297
B.	O Estatuto como norma autonômica e como norma do Estado .....	298
C.	O Estatuto como norma subordinada à Constituição .....	299
D.	A relação do Estatuto com as demais Leis do Estado e das Comunidades Autônomas.....	301

III.	AS RELAÇÕES POSITIVAS ENTRE O ORDENAMENTO ESTATAL E OS ORDENAMENTOS AUTONÔMICOS.....	302
IV.	A COOPERAÇÃO ENTRE OS ORDENAMENTOS ESTATAL E AUTONÔMICO: PRINCÍPIO GERAL .....	303
V.	A CONCORRÊNCIA NORMATIVA ENTRE O ESTADO E AS COMUNIDADES AUTÔNOMAS: NORMAÇÃO BÁSICA E NORMAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO .....	304
1.	A IDEIA GERAL DE TAL CONCORRÊNCIA .....	304
2.	O PRIMEIRO DEBATE SOBRE O CONTEÚDO DAS BASES: CONCEITO FORMAL E CONCEITO MATERIAL DAS BASES .....	307
3.	A ESTRUTURA DA NORMAÇÃO BÁSICA: CÍRCULO MATERIAL DE INTERESSE GERAL, CÍRCULO DE ENQUADRAMENTO, CÍRCULO DE SUPLENÇA... ..	309
4.	A RELAÇÃO BASES-DESENVOLVIMENTO: PRECLUSÃO, DESLOCAMENTO, CONDIÇÃO DE INTEGRAÇÃO .....	315
5.	O PROBLEMA DA CATEGORIA DAS DUAS NORMAÇÕES .....	318
VI.	A EXECUÇÃO AUTONÔMICA DA LEGISLAÇÃO DO ESTADO .....	322
1.	O SENTIDO GERAL DESTA FÓRMULA COLABORATIVA ENTRE OS DOIS ORDENAMENTOS .....	322
2.	AS COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS DO ESTADO NESTA FÓRMULA COLABORATIVA.....	324
A.	Legislação .....	324
B.	Administração própria .....	324
C.	A retenção excepcional de faculdades executivas no Estado .....	325
3.	O PROBLEMA DO PODER DE SUPERVISÃO DO ESTADO SOBRE A EXECUÇÃO AUTONÔMICA DE SUAS NORMAS .....	327
A.	O tema geral .....	327
B.	As razões do poder de supervisão.....	327
a.	Em geral .....	327
b.	Os títulos competenciais .....	328
C.	Extensão do poder de supervisão .....	330
D.	Os instrumentos do poder de supervisão. Especificamente, o art. 155 da Constituição .....	331
E.	As medidas preventivas da unidade básica de execução da legislação do Estado .....	335
4.	O REGIME ESPECIAL DO NOVO ART. 135 DA CONSTITUIÇÃO.....	335
VII.	A COORDENAÇÃO ENTRE AS DUAS ESFERAS .....	337
1.	NATUREZA E CONTEÚDO DO INSTITUTO.....	337

2.	OS INSTRUMENTOS: A TÉCNICA DAS DIRETRIZES.....	339
3.	OS INSTRUMENTOS: OS PLANOS COMO TÉCNICA DE COORDENAÇÃO. O PRINCÍPIO DA “UNIDADE DO MERCADO NACIONAL” .....	341
VIII.	AS RELAÇÕES DE INTERFERÊNCIA ENTRE OS DOIS ORDENAMENTOS: DELEGAÇÕES ESTATAIS EM FAVOR DAS COMUNIDADES AUTÔNOMAS, HARMONIZAÇÃO LEGISLATIVA, INTERVENÇÃO COERCITIVA .....	344
1.	AS DELEGAÇÕES ESTATAIS EM FAVOR DAS COMUNIDADES AUTÔNOMAS	345
A.	Delegações normativas.....	345
B.	Delegações e transferências de competências .....	346
2.	AS LEIS ESTATAIS DE HARMONIZAÇÃO.....	349
3.	EXECUÇÃO E COERÇÃO ESTATAL. O ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO .....	351
IX.	AS RELAÇÕES DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS DOIS ORDENAMENTOS: A CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DE PREVALÊNCIA DO DIREITO ESTATAL.....	351
1.	O SENTIDO GERAL DA CLÁUSULA DE PREVALÊNCIA.....	352
2.	O CAMPO DE APLICAÇÃO DA CLÁUSULA .....	354
3.	OS EFEITOS .....	359
4.	O FUNDAMENTO DA REGRA DA PREVALÊNCIA .....	359
X.	AS RELAÇÕES DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS DOIS ORDENAMENTOS: A CLÁUSULA DE SUPLÊNCIA GERAL DO DIREITO ESTATAL .....	360
1.	O SENTIDO GERAL DO SISTEMA DE SUPLÊNCIA DO DIREITO ESTATAL .....	360
2.	O PROBLEMA CRIADO PELAS SENTENÇAS CONSTITUCIONAIS DE 27 DE JUNHO DE 1996 E 20 DE MARÇO DE 1997, EM RELAÇÃO ÀS LEIS ESTATAIS QUE FORAM EDITADAS EXPRESSAMENTE COMO SUPLETIVAS .....	362
XI.	UMA REFERÊNCIA AOS ORDENAMENTOS FORÂNEOS.....	366

### TÍTULO TERCEIRO

#### A POSIÇÃO JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO VII. A PERSONALIDADE JURÍDICA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	373
I. INTRODUÇÃO .....	373
II. A ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO COMO PESSOA JURÍDICA.....	374
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SITUAÇÃO ATUAL .....	374
2. AS CARACTERÍSTICAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL COMO PESSOA JURÍDICA.....	378

III.	AS COMUNIDADES AUTÔNOMAS .....	380
IV.	A DIVERSIFICAÇÃO DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS .....	383
V.	TIPOLOGIA DOS ENTES PÚBLICOS.....	385
1.	ENTES TERRITORIAIS E NÃO TERRITORIAIS .....	387
2.	ENTES DE BASE CORPORATIVA E ENTES DE BASE FUNDACIONAL OU INSTITUCIONAL.....	389
A.	A distinção básica entre Corporação e Instituição .....	389
B.	Instituições públicas e privadas .....	391
C.	A utilização da figura da fundação.....	393
D.	A diversidade de princípios organizacionais: autogestão e gestão burocrática.....	394
3.	AS ESPÉCIES DE CORPORAÇÕES .....	396
A.	As Corporações territoriais .....	396
B.	As Corporações setoriais de base privada.....	397
C.	As Corporações interadministrativas.....	404
4.	ESPECIALMENTE, A ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL .....	405
A.	Teoria geral .....	405
B.	“Excursus” sobre o abuso da criação de entes institucionais como técnica de “fuga do Direito Administrativo” .....	411
C.	Sobre a consistência das pessoas jurídicas institucionais .....	415
D.	A relação de instrumentalidade .....	416
E.	Os tipos de entes institucionais .....	421
5.	DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO NAS FORMAS DE PERSONIFICAÇÃO E NO REGIME DAS ENTIDADES PÚBLICAS .....	422
A.	As sociedades de ente público .....	425
B.	As fundações do setor público .....	428
C.	Os entes com forma pública de personificação que operam no regime privado .....	429
VI.	CAPACIDADE JURÍDICA DOS ENTES PÚBLICOS .....	430
1.	A CAPACIDADE JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO .....	430
2.	A CAPACIDADE DE DIREITO PRIVADO .....	434
VII.	OBSERVAÇÕES SOBRE AS CHAMADAS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS INDEPENDENTES .....	434

.....	
CAPÍTULO VIII. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO .....	441
I. ESTADO DE DIREITO E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE: O SENTIDO ORIGINÁRIO DESTE PRINCÍPIO .....	441
II. O ÂMBITO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E SUA CONSTRUÇÃO TÉCNICA ....	444
1. AS CONSTRUÇÕES TRADICIONAIS DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO: APLICAÇÃO SINGULAR DA LEI E DOCTRINA DA VINCULAÇÃO NEGATIVA .....	445
2. A DOCTRINA DA VINCULAÇÃO POSITIVA DA ADMINISTRAÇÃO À LEGALIDADE.....	448
III. O MECANISMO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO COMO TÉCNICA DA ATRIBUIÇÃO LEGAL DE POTESTADES .....	450
1. O CONCEITO TÉCNICO DE POTESTADE. CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES ..	450
2. A SINGULARIDADE DAS POTESTADES ADMINISTRATIVAS. POTESTADES E PODER PÚBLICO. POTESTADES E SITUAÇÕES ATIVAS DOS SÚDITOS. POTESTADES FUNCIONAIS OU FIDUCIÁRIAS.....	453
3. A TÉCNICA DA ATRIBUIÇÃO DE POTESTADE. AUTOATRIBUIÇÃO DE POTESTADES. ATRIBUIÇÃO EXPRESSA E PODERES IMPLÍCITOS OU INERENTES. ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA E SUPOSTAS CLÁUSULAS GERAIS DE OUTORGA DE PODERES. AS SITUAÇÕES DE EXCEÇÃO, A SUSPENSÃO DA LEGALIDADE E SEUS LIMITES .....	456
A. Autoatribuição de potestades.....	456
B. Atribuição expressa e poderes inerentes ou implícitos.....	457
C. Atribuição específica e cláusulas gerais de competência .....	458
IV. POTESTADES VINCULADAS E POTESTADES DISCRICIONÁRIAS.....	461
1. A ESSÊNCIA DA DISTINÇÃO E SEUS TERMOS CONCRETOS .....	461
2. DISCRICIONARIEDADE E CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS .....	466
3. AS TÉCNICAS DE REDUÇÃO E CONTROLE JUDICIAL DA DISCRICIONARIEDADE .....	472
A. A evolução das técnicas de controle .....	472
B. O controle dos elementos vinculados. Especificamente, o controle do fim e o desvio de poder.....	475
C. O controle dos motivos determinantes .....	478
D. O controle por meio dos princípios gerais de Direito.....	482

4.	DISCRICIONARIEDADE E ARBITRARIEDADE. SIGNIFICADO E ALCANCE DA VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL À ARBITRARIEDADE DOS PODERES PÚBLICOS.....	485
5.	CONTROLE DA DISCRICIONARIEDADE E TUTELA JUDICIAL EFETIVA.....	490
V.	A DINÂMICA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE .....	493
CAPÍTULO IX. AS RELAÇÕES ENTRE ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA E O PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA .....		
		497
I.	A POSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM RELAÇÃO AOS TRIBUNAIS .....	497
II.	A EXPLICAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA: DA IDENTIDADE SUBJETIVA ENTRE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUNAIS, AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO.....	500
1.	A QUESTÃO NO ANTIGO REGIME.....	500
2.	A QUESTÃO NO DIREITO ANGLO-SAXÃO .....	505
3.	A FORMULAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUNAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS .....	509
4.	A CONFIGURAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO NO DIREITO ESPANHOL	513
III.	A EXPLICAÇÃO DOGMÁTICA: O PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA .....	514
1.	A INSUFICIÊNCIA DAS EXPLICAÇÕES HISTÓRICAS: O PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA COMO EXPLICAÇÃO UNITÁRIA.....	514
2.	A EXCEPCIONALIDADE DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA EM RELAÇÃO À PRIVADA .....	515
3.	AUTOTUTELA CONSERVATIVA E AUTOTUTELA AGRESSIVA .....	517
4.	AUTOTUTELA DECLARATÓRIA E PRESUNÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	518
5.	AUTOTUTELA EXECUTIVA.....	521
6.	A AUTOTUTELA EM SEGUNDA POTÊNCIA.....	522
7.	OS LIMITES DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA .....	524
8.	OS ABUSOS DA AUTOTUTELA .....	526
9.	AS CONSEQUÊNCIAS DA AUTOTUTELA.....	529
10.	A ARTICULAÇÃO ENTRE AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA PRÉVIA E TUTELA FINAL JURISDICIONAL.....	531
A.	Doutrina geral.....	531
B.	Especialmente, a exigência qualificada como contrapeso da autotutela de medidas cautelares no contencioso-administrativo .....	536
IV.	O SISTEMA DE CONFLITOS.....	538

**TÍTULO QUARTO**  
**A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA**

<b>CAPÍTULO X. OS ATOS ADMINISTRATIVOS: CONCEITO E ELEMENTOS. ESPÉCIES. EFICÁCIA DOS ATOS. O SILÊNCIO ADMINISTRATIVO .....</b>		<b>545</b>
<b>I.</b>	<b>O CONCEITO DE ATO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>545</b>
1.	<b>SIGNIFICADO GERAL E ALCANCE DA TEORIA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. A DELIMITAÇÃO DO CONCEITO .....</b>	<b>545</b>
2.	<b>A DEFINIÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>548</b>
<b>II.</b>	<b>OS ELEMENTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>552</b>
1.	<b>OS ELEMENTOS SUBJETIVOS: ADMINISTRAÇÃO, ÓRGÃO, COMPETÊNCIA, INVESTIDURA DO TITULAR DO ÓRGÃO .....</b>	<b>552</b>
2.	<b>OS ELEMENTOS OBJETIVOS: PRESSUPOSTO DE FATO, FINALIDADE, CAUSA, MOTIVO .....</b>	<b>554</b>
3.	<b>OS ELEMENTOS OBJETIVOS: A DECLARAÇÃO E SEU CONTEÚDO E OBJETO. ....</b>	<b>559</b>
4.	<b>OS ELEMENTOS FORMAIS: O PROCEDIMENTO E A FORMA DE MANIFESTAÇÃO. ESPECIALMENTE, A MOTIVAÇÃO .....</b>	<b>562</b>
<b>III.</b>	<b>AS ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>569</b>
1.	<b>ATOS DECISÓRIOS EXTERNOS E ATOS NÃO DECISÓRIOS .....</b>	<b>570</b>
2.	<b>ATOS RESOLUTÓRIOS E DE TRAMITAÇÃO .....</b>	<b>571</b>
3.	<b>ATOS GRATUITOS E ATOS ONEROSOS .....</b>	<b>573</b>
4.	<b>OUTRAS DISTINÇÕES FUNCIONAIS .....</b>	<b>574</b>
<b>IV.</b>	<b>A QUESTÃO DOS ATOS POLÍTICOS OU DE GOVERNO .....</b>	<b>576</b>
<b>V.</b>	<b>A EFICÁCIA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>580</b>
1.	<b>DE FORMA GERAL: PRESUNÇÃO DE VALIDADE E OBRIGAÇÃO DE CUMPRIMENTO IMEDIATO .....</b>	<b>580</b>
2.	<b>CONDIÇÕES DE EFICÁCIA. A EFICÁCIA DIFERIDA. ESPECIALMENTE, A NOTIFICAÇÃO E A PUBLICAÇÃO .....</b>	<b>582</b>
3.	<b>A RETROATIVIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>587</b>
4.	<b>CESSAÇÃO DA EFICÁCIA: A SUSPENSÃO E SUAS ESPÉCIES .....</b>	<b>589</b>
<b>VI.</b>	<b>O SILÊNCIO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>595</b>
1.	<b>O SILÊNCIO ADMINISTRATIVO NA REGULAMENTAÇÃO ANTERIOR À LPC ..</b>	<b>595</b>

A. O silêncio negativo .....	595
B. O silêncio positivo .....	598
2. A REGULAÇÃO DO SILÊNCIO ADMINISTRATIVO NA LPC VIGENTE.....	600
A. O sentido geral da regulação inicial.....	600
B. O silêncio administrativo nos dias de hoje.....	601
a. Os efeitos positivos ou negativos do silêncio. Regras e exceções .....	601
b. O silêncio negativo como simples ficção legal de efeitos exclusivamente processuais.....	602
c. O silêncio positivo como ato presumido em tudo equivalente ao ato expresso concessivo .....	604
d. O prazo de produção do silêncio .....	607
e. O prazo para recorrer contra o silêncio administrativo .....	608
<b>CAPÍTULO XI. OS ATOS ADMINISTRATIVOS (CONTINUAÇÃO): VALIDADE E INVALIDADE. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.....</b>	<b>611</b>
I. A TEORIA DAS NULIDADES NO DIREITO ADMINISTRATIVO .....	612
1. A INVALIDADE DOS ATOS JURÍDICOS EM GERAL: INEXISTÊNCIA, NULIDADE E ANULABILIDADE .....	612
2. A AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO E SUA INCIDÊNCIA NA TEORIA DAS NULIDADES .....	613
3. GRAUS DE INVALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	615
II. A NULIDADE ABSOLUTA OU DE PLENO DIREITO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	616
1. CARACTERÍSTICAS E EFEITOS DA NULIDADE DE PLENO DIREITO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	616
2. AS HIPÓTESES LEGAIS DE NULIDADE DE PLENO DIREITO .....	618
A. As hipóteses de nulidade de pleno direito do art. 62 LPC .....	620
a. Atos ditados por órgão manifestamente incompetente em razão da matéria ou do lugar .....	620
b. Atos de conteúdo impossível.....	621
c. Atos constitutivos de infração penal ou ditados como resultado desta.....	622
d. Atos expedidos com total e absoluta inobservância ao procedimento legalmente estabelecido.....	625



e.	Atos ditados com infração às regras essenciais para a formação da vontade dos órgãos colegiados.....	627
f.	Atos que causam lesão aos direitos e liberdades suscetíveis de proteção constitucional.....	628
g.	Os atos, expressos ou presumidos, contrários ao ordenamento jurídico pelos quais são adquiridos faculdades ou direitos, quando ausentes os requisitos essenciais para sua aquisição.....	628
h.	Hipóteses de nulidade de pleno direito tipificadas por Leis especiais .....	630
3.	AVALIAÇÃO CRÍTICA DO SISTEMA LEGAL.....	633
A.	O critério delimitador dos dois tipos básicos de invalidade .....	633
B.	O alcance institucional do vício de incompetência manifesta .....	634
III	A ANULABILIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....	637
1.	CARACTERÍSTICAS E EFEITOS DA ANULABILIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....	637
2.	VÍCIOS QUE TORNAM ANULÁVEL O ATO: O ART. 63 LPC .....	640
3.	CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DO VÍCIO DE FORMA OU DE PROCEDIMENTO ..	641
A.	O caráter instrumental das formas .....	641
B.	Redução progressiva dos vícios de forma .....	642
C.	O princípio da economia processual e a capacidade invalidante dos vícios de forma: casos em que pode ser admitida.....	643
D.	O problema da declaração da nulidade do processado .....	646
4.	CONVALIDAÇÃO, CONVERSÃO E INCOMUNICABILIDADE DA INVALIDADE.....	647
IV.	AS IRREGULARIDADES NÃO INVALIDANTES.....	648
V.	A RETIRADA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....	649
1.	ABORDAGEM GERAL. ESPÉCIES DE RETIRADA.....	649
2.	A RETIRADA POR MOTIVOS DA LEGALIDADE. A REVISÃO DE OFÍCIO NA LPC .....	649
A.	Princípios gerais .....	649
B.	Âmbito de aplicação do sistema de revisão de ofício estabelecido pela LPC .....	651

C.	A revisão de ofício dos atos nulos de pleno direito. Requisitos .....	651
D.	A revisão dos atos anuláveis .....	654
a.	O recurso de lesividade e a retirada dos atos gratuitos .....	655
b.	A revisão de ofício dos atos onerosos .....	656
E.	A correção de erros materiais e aritméticos .....	657
F.	Limites às faculdades de revisão de ofício .....	658
3.	AS ESPECIALIDADES DO ÂMBITO FISCAL .....	659
4.	A REVOGAÇÃO POR MOTIVOS DE OPORTUNIDADE .....	660
A.	Caráter excepcional e matiz expropriatório: necessidade de indenização .....	660
B.	A revogação de licenças no âmbito local .....	661
5.	AS RESERVAS DA REVOGAÇÃO, A RETIRADA SANÇÃO E AS RETIRADAS INDIRETAS .....	663
VI.	A ANULAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS EM SEDE RECURSAL .....	664
CAPÍTULO XII. OS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO E, ESPECIALMENTE, OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....		667
I.	OS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL. NATUREZA E ESPÉCIES .....	667
1.	A ATIVIDADE MULTILATERAL DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS DIFERENTES ESPÉCIES .....	667
2.	ESPECIALMENTE, OS AJUSTES ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRADOS. CLASSES. ESPECIALMENTE, OS CHAMADOS ATOS CONCERTADOS DA ADMINISTRAÇÃO .....	669
3.	A APLICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CONTRATUAL AOS AJUSTES ADMINISTRAÇÃO-ADMINISTRADOS .....	674
II.	A FIGURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E SENTIDO ATUAL .....	677
1.	A TEORIZAÇÃO DA FIGURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO COMO UM CONTRATO REGIDO PELO DIREITO PÚBLICO .....	677
2.	A REVISÃO DA DOUTRINA SUBSTANTIVISTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	681
3.	AS MODULAÇÕES DA INSTITUIÇÃO CONTRATUAL NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....	683

4. A PRESENÇA SUBJETIVA DA ADMINISTRAÇÃO COMO REQUISITO <i>SINE QUA NON</i> DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. A INCIDÊNCIA DO DIREITO COMUNITÁRIO NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	688
<b>III. CONTRATOS DO SETOR PÚBLICO, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E CONTRATOS PRIVADOS DA ADMINISTRAÇÃO NO ORDENAMENTO VIGENTE .....</b>	<b>692</b>
1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LCSP .....	692
2. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E CONTRATOS PRIVADOS DO SETOR PÚBLICO NA LEI VIGENTE .....	693
3. RELEVÂNCIA EFETIVA DA DISTINÇÃO ENTRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E CONTRATOS PRIVADOS DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS ENTIDADES INTEGRANTES DO SETOR PÚBLICO.....	694
A. Conjunto de regras de competência e procedimento para todos os contratos da Administração. Os atos separáveis.....	695
B. A regulação de fundo dos contratos administrativos e dos contratos privados da Administração .....	697
C. A distribuição jurisdicional.....	698
<b>IV. O PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO EM GERAL .....</b>	<b>700</b>
1. NORMAS APLICÁVEIS AOS DISTINTOS ENTES E ORGANISMOS SUJEITOS À LCSP.....	700
2. PRESSUPOSTOS DO PROCEDIMENTO E ELABORAÇÃO DO CONTRATO.....	701
3. A LIBERDADE DE CONCORRÊNCIA E SUAS EXCEÇÕES .....	703
4. OS PROCEDIMENTOS DE ESCOLHA DE CONTRATADOS E AS FORMAS DE ADJUDICAÇÃO DOS CONTRATOS .....	706
5. O RECURSO ESPECIAL EXIGIDO PELA NORMA COMUNITÁRIA.....	711
6. A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO .....	714
<b>V. AS GARANTIAS DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>715</b>
<b>CAPÍTULO XIII. OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOMINADOS (DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, FORNECIMENTO E OUTROS): CONTEÚDO, EFEITOS E EXTINÇÃO ...</b>	<b>719</b>
<b>I. A CARACTERIZAÇÃO LEGAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOMINADOS (DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, FORNECIMENTO E OUTROS).....</b>	<b>719</b>
1. INTRODUÇÃO.....	719
2. OS TIPOS CONTRATUAIS DA LCSP.....	720

II.	CONTEÚDO E EFEITOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOMINADOS...	726
1.	PRINCÍPIOS GERAIS: A PREVALÊNCIA DO FIM SOBRE O OBJETO E A PECULIAR CONFIGURAÇÃO DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL .....	726
2.	PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	728
A.	Os poderes de direção, inspeção e controle .....	728
B.	O poder de interpretação unilateral do contrato .....	729
C.	O poder de alteração do objeto do contrato .....	730
3.	AS TÉCNICAS DE GARANTIA DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO	733
A.	A compensação por exercício do <i>ius variandi</i> .....	734
B.	O <i>factum principis</i> .....	736
C.	A doutrina da imprevisão ou do risco imprevisível .....	736
D.	A revisão de preços .....	741
4.	CONTA E RISCO E FORÇA MAIOR NO CONTRATO DE OBRA.....	743
III.	A EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	744
1.	O CUMPRIMENTO DO CONTRATO.....	744
A.	O recebimento .....	745
B.	A duração do contrato de gestão de serviços públicos e o problema da reversão .....	747
2.	A NULIDADE DOS CONTRATOS.....	749
3.	A RESOLUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: CAUSAS, MODALIDADES E EFEITOS .....	752
A.	A perda ou restrição da personalidade ou a capacidade do contratado.....	752
B.	O descumprimento do contratado .....	753
C.	O descumprimento da Administração.....	755
D.	A modificação, suspensão ou supressão do objeto do contrato pela Administração .....	758
E.	O mútuo acordo .....	759
F.	Outras causas de resolução.....	760
IV.	A CESSÃO DO CONTRATO E A SUBCONTRATAÇÃO.....	760
	CAPÍTULO XIV. A COAÇÃO ADMINISTRATIVA. A ATIVIDADE TÉCNICA DA ADMINISTRAÇÃO .....	765
I.	O SIGNIFICADO GERAL DA QUESTÃO DA COAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	765

II.	AS MANIFESTAÇÕES DA COAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	767
1.	A EXECUÇÃO FORÇADA.....	767
A.	Conceito e âmbito .....	767
B.	O ato administrativo como título da execução .....	769
C.	A execução está “na linha direta da continuidade do ato” e está direcionada para a atualização da obrigação resultante daquele, sem inová-la nem substituí-la .....	770
D.	A execução forçada não exige que o ato seja definitivo .....	771
2.	A COAÇÃO DIRETA.....	772
3.	COAÇÃO LEGÍTIMA E “VIA DE FATO” .....	776
III.	OS MEIOS DE EXECUÇÃO FORÇADA .....	778
1.	A EXECUÇÃO FISCAL SOBRE O PATRIMÔNIO. O PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL .....	778
2.	A EXECUÇÃO SUBSIDIÁRIA.....	780
3.	A MULTA COERCITIVA.....	781
4.	A COERÇÃO PESSOAL .....	782
5.	O DESPEJO ADMINISTRATIVO .....	783
6.	PRINCÍPIOS GERAIS DE UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE EXECUÇÃO FORÇADA.....	783
IV.	A COAÇÃO DIRETA .....	786
1.	AS HIPÓTESES DE COAÇÃO DIRETA.....	786
A.	A autodefesa administrativa .....	786
a.	De forma geral .....	786
b.	Especialmente, a defesa possessória .....	787
B.	Atuação coativa da Administração para impedir ou eliminar fatos puníveis e infrações de ordem pública.....	789
C.	Especialmente, o uso de armas.....	790
D.	As situações do Estado de necessidade.....	793
2.	PRINCÍPIOS GERAIS NA ATUAÇÃO DA COAÇÃO DIRETA .....	795
V.	AS COAÇÕES ILEGÍTIMAS: A VIA DE FATO .....	798
1.	REQUISITOS DO CONCEITO DA VIA DE FATO.....	798
A.	Inexistência ou irregularidade substancial do ato de cobertura ....	799
B.	Irregularidade ou excesso na própria atividade de execução .....	800

2.	A PROTEÇÃO DIANTE DA VIA DE FATO: MEIOS PASSÍVEIS DE UTILIZAÇÃO	801
3.	AS AÇÕES DE INTERDITO PARA MANUTENÇÃO E REINTEGRAÇÃO NA POSSE .....	802
4.	A VIA DE FATO E A PROTEÇÃO DAS LIBERDADES PÚBLICAS .....	803
VI.	ATIVIDADE TÉCNICA DA ADMINISTRAÇÃO.....	804
1.	ABORDAGEM GERAL .....	804
2.	A TEORIA JURÍDICA DA ATIVIDADE TÉCNICA ADMINISTRATIVA.....	805
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	809